

CONTROLE INTERNO APLICADO A FORMAÇÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE MELHORIA NA QUALIDADE.

Evandro Junio dos Santos Silva¹
Leandro Carvalho de Brito²
Rosa Maria Silva Furtado³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal estudar a importância da utilização do controle interno na gestão de uma pequena empresa do ramo da Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho. Para chegar ao resultado esperado foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, desenvolvida através de fontes existentes, em seguida por um estudo de caso de uma pequena empresa do ramo de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho e uma abordagem quantitativa, com a análise dos dados resultantes do questionário aplicado. A fundamentação teórica abordou os aspectos mais importantes de auditoria, controles internos, procedimentos, testes e custos e seus métodos de custeios. O estudo de caso foi realizado em uma empresa que apresenta um alto volume de prestação de serviço e baixo volume de mercadorias. Essa movimentação representativa de prestação de serviços gera um ambiente favorável aos erros e fraudes comuns a pequenas empresas em fase de desenvolvimento. A análise dos dados obtidos através da aplicação de um questionário possibilitou detectar falhas nas rotinas internas e a sugerir quais controles internos poderiam ser aplicados à rotina da empresa no sentido de auxiliar o gestor a obter a maximização dos recursos disponíveis.

Palavras-chave: Controle Interno, Gestão, Pequenas Empresas.

¹ Acadêmica do 8º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. E-mail: junio.santos02@hotmail.com

² Orientador – Bacharel em Ciências Contábeis, professor da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. E-mail: leandro@fasb.edu.br

³ Co-orientadora – Graduada em pedagogia, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. E-mail: rosa@fasb.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Hoje em dia com as grandes mudanças no cenário organizacional empresarial, as empresas buscam colocar novos métodos de administração moderna, visando alcançar resultados satisfatórios diante da concorrência, que vem se tornando cada vez maior. Assim, a auditoria vem se tornando mais importante para as organizações, pois, através dos seus instrumentos de controle interno, a mesma visa fornecer relatórios que demonstrem maior segurança e autenticidade para as empresas, para os sócios e os acionistas, nas suas tomadas de decisões.

Com esse cenário, em que vive as empresas repleto de competitividade, o controle interno aplicado como um instrumento de melhoria na qualidade de gestão, vem enfatizando a necessidade dessas entidades começarem a procurar novas ferramentas, que possam auxiliar os seus administradores a tomarem decisões eficazes, também corrigindo erros e evitando fraudes, salvaguardando seus ativos.

Sobre essa visão é importante destacar que, o controle interno é uma das ferramentas que as entidades podem utilizar para melhorar suas atividades internas em determinados setores, para avaliar e analisar o desempenho em um determinado tempo, e ainda detectar áreas arriscadas, sugerindo correções.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo, demonstrar como o controle interno aplicado no setor de custos, pode auxiliar na formação de preço, dos serviços prestados em uma empresa de segurança do trabalho no Oeste da Bahia. Diante disso, o controle interno poderá proporcionar aos gestores sugestões, minimizando os riscos e melhorando as suas atividades.

O trabalho abordará a necessidade dos gestores de terem uma visão diferente da grande importância de um controle interno nas entidades, bem como de uma ferramenta de prevenção de fraudes e erros, contribuindo também, como material de pesquisa para os acadêmicos que estudam e buscam se aperfeiçoar ainda mais sobre a área.

Para alcançar o objetivo desse trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo na qual foi coletada informações através da aplicação de questionários direcionados aos gestores das empresas.

O problema da pesquisa realizada questiona: como utilizar o controle interno, no setor de custos, para a formação do preço, dos serviços prestados em uma empresa de segurança do trabalho no oeste da Bahia?

Assim justificando que hoje em dia, os gestores se deparam com concorrentes cada vez mais preparados e com a utilização de estratégias que garantem o desenvolvimento dos mesmos no mercado que se encontram cada vez mais complexo e competitivo.

Com esse cenário, cheio de ameaças de concorrentes, as entidades veem-se obrigadas a buscar novas estratégias que associadas ao aumento tecnológico qualifiquem as implantações de controles e planejamentos das suas atividades, buscando de tal modo satisfazer, as necessidades do mercado atual.

Dessa forma, os gestores procuram um meio de qualificar seu trabalho encontrando-se com a auditoria interna que é um instrumento de avaliação e de controle operacional, visando a implantação de controles em diferentes campos da entidade. Neste momento que a empresa toma iniciativa em sua fase de crescimento em vários tipos de produtos, em regiões diferenciadas de produção e de vendas, clientes em várias localidades, e até de fronteiras distantes torna-se mais difícil que seu proprietário, sozinho, controle todas as operações e transações.

Quanto maior vai ficando a empresa, maior e mais complexa se torna, a organização estrutural, pois grande parte das atividades controladas inicialmente pelo dono, vão sendo encarregadas há outros funcionários, dos quais ele espera que haja compromisso, capacitação e responsabilidade, igual àquela que aprontava pessoalmente na gestão do negócio. Com isso, o controle interno traz uma auxílio para os gestores do empreendimento de como melhorar a eficácia das operações internas da entidade, prevenindo-as de fraudes e desfalques que possam influenciar negativamente no resultado da organização. O sistema de controle interno pode ajudar a prevenir problemas de ordem pessoal e financeira que desaboquem em atos ilícitos. Dessa forma, o controle interno, permite uma atuação comprometida, tendo em vista melhores resultados (ATTIE, 2000).

O presente trabalho se justifica pela necessidade dos gestores terem uma visão diversa da grande importância de um controle interno nas entidades como ferramenta de prevenção de fraudes e erros cometidos por colaboradores da empresa, contribuindo também, como material de pesquisa para os acadêmicos que estudam e buscam se aperfeiçoar ainda mais sobre o tema.

Do ponto de vista pessoal, portanto, o presente estudo demonstra sua importância como agregador de conhecimento científico, visando constante crescimento como profissional da área contábil e como pesquisador, aprofundando conhecimentos a respeito das ferramentas de controle interno que podem ser utilizados pelas entidades empresariais.

Para se chegar à conclusão da pesquisa, foram traçados como objetivo geral demonstrar como o controle interno aplicado na formação de custos, pode auxiliar na formação do preço, dos serviços prestados, em uma empresa de segurança do trabalho no oeste da Bahia.

Também como os objetivos específicos, integram na conclusão da pesquisa.

Fazer um levantamento da bibliografia relacionada a controle interno e suas ferramentas; Analisar o controle interno adotado na formação de custos; Avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

E para atingir os objetivos propostos, este pesquisador utilizou-se da metodologia científica que é um conjunto de abordagens de métodos e procedimentos, utilizados pela ciência para estabelecer e resolver problemas de obtenção objetiva do conhecimento de um modo sistematização.

A atual pesquisa será direcionada pelo método indutivo, que caracteriza por partir “a indução partem de registros menos gerais para enunciados mais gerais” (SILVA, 2006, p. 34).

O método indutivo ou indução é o raciocínio que aborda o domínio suficiente de casos particulares que conclui uma regra geral, criado pelo filósofo Aristóteles. Sendo composto por um processo de observação, aonde junta informações particulares assim podendo chegar em uma conclusão total.

Para conseguir os objetivos pretendidos, o trabalho será desenvolvido de forma descritiva, que permite descrever e caracterizar determinado fenômeno através dados coletados por meio de questionários e entrevistas.

A monografia classifica-se como tipo exploratória, a qual se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de opiniões que poderão servir de base para prática de um estudo mais aprofundado sobre o tema e terá uma abordagem qualitativa.

Será realizada uma pesquisa de campo, onde terá como base as informações geradas pela empresa prestadora de serviços em segurança do trabalho, situada no município de Barreiras – BA.

Dessa maneira, a pesquisa visou procurar apurar como funciona o controle interno utilizado pela empresa, assim também, analisar seus custos, na finalidade da sua formação de preço.

Para melhor organizar a estrutura do trabalho, este foi dividido em quatro capítulos. Além da introdução que se constitui o capítulo I, o capítulo II aborda o referencial teórico, os conceitos e normas da auditoria e do controle interno. Dando seguimento ao desenvolvimento da pesquisa, o capítulo III apresenta a coleta e análise de dados da empresa prestadora de serviços em Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho. O capítulo IV trás o resultado do estudo de caso, a conclusão e possíveis recomendações para que a empresa possa melhorar o seu controle interno. Por fim os elementos pós-textuais, referências e apêndice, necessário na busca de conceitos e informações.

2 AUDITORIA COMO MECANISMO DE CONTROLE INTERNO

2.1 CONCEITOS DE AUDITORIA

Auditoria das demonstrações contábeis é uma técnica da contabilidade que tem como objetivo avaliar as demonstrações financeiras de uma entidade, com o intuito de aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante uma expressão de opinião do auditor, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas em todos seus aspectos relevantes e se estão em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Não é objetivo da auditoria elaborar as demonstrações contábeis, prevenir e identificar fraudes e erros, garantir que todos os lançamentos contábeis sejam feitos corretamente, representar garantia de viabilidade futura da entidade e atestar eficácia da administração na gestão dos negócios, todos estes, são objetivos da administração e não da auditoria.

A auditoria contábil é um segmento da contabilidade, que serve para ratificar a veracidade dos procedimentos, processos, sistemas, registros e dos documentos, com propósito de anunciar uma opinião das informações prestadas ao administrador para o gerenciamento da empresa.

Segundo Attie (2000, p.25):

Auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle interno patrimonial implantando com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. A auditoria das demonstrações financeiras visa às informações contidas nessas afirmações, assim é evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também estarão sendo examinados. O exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladoras, obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes. A ênfase que se dá a cada situação depende de uma série de decorrências dos diferentes segmentos que compõe a organização.

De acordo Sá (2002), a importância da auditoria é reconhecida há milênios, confirmando que existem provas arqueológicas de inspeções e verificações de registros realizadas a mais de 4.500 a.C.

Segundo Sá (2002, p.21), “a auditoria contábil é uma tecnologia que se utiliza da revisão, da pesquisa, para fins de opinião e orientação sobre situações patrimoniais de empresas e instituições”.

Com relação à evolução da Auditoria no Brasil, Attie (2000, p.29) afirma:

A evolução da auditoria no Brasil está primeiramente relacionada com instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações financeiras auditadas.

Ademais, Sá (2002) aponta que a tendência moderna representa uma evolução relativa que primitivamente se atribuía á auditoria e que se limitava a simples verificação; colocando que o conceito hoje é dinâmico e prossegue a evolução, se atribuído à auditoria outras importantes funções, abrangendo todo o organismo da empresa e da sua administração.

Conforme Sá (2002) os principais fins da auditoria, são descritos da seguinte maneira:

Investigações e determinações sobre o estado patrimonial e a gestão pública ou privada, sobre o estado financeiro, situação econômica, descoberta de erros e fraudes, preservação contra erros e fraudes ou opinião sobre tais aspectos.

Ainda de acordo com o mesmo autor, este relata os estudos gerais em casos especiais, tais como: exames de aspectos fiscais e legais; determinação de bases de critérios de rateios; reorganização da empresa; financiamentos; levantamento de situação de crise ou falência; verificar a capacidade administrativa; determinação de limites de seguros; observação da política de vendas e compras; verificar política de produção, estudo de liquidação, análise de custos, levantamento de rotações de valor de valor do capital circulante, examinar a eficácia e a eficiência e etc.

Tais elementos atribuem à auditoria, um caráter de grande valia, na análise das demonstrações contábeis em suas diversas situações, tendo em vista que algumas requerem certos cuidados especiais.

2.1.1 Auditoria Interna e Externa

A auditoria pode ser dividida quanto à forma de intervenção, em interna e externa.

Administração da empresa com a expansão dos negócios sentiu a necessidade de dá maior ênfase nas normas e nos procedimentos internos devido ao fato do administrador, poder supervisionar individualmente todas suas atividades. Entretanto, de nada valeria a implantação de procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estão sendo seguidos pelos empregados da empresa. Adicionalmente o auditor externo além de sua opinião ou parecer das demonstrações contábeis passou a emitir um parecer relatório/ comentário no qual apresentava sugestões para resolver os problemas da empresa, que abordavam ao seu aviso no curso normal do seu trabalho de auditoria, entretanto, o auditor externo passava um período muito curto na empresa, seu trabalho estava totalmente direcionado para demonstrações contábeis, para atender as necessidades das empresas seria necessário uma auditoria mais periódica, com maior frequência, com maior grau de profundidade, visando também às outras áreas não relacionado com contabilidade, por exemplo, do pessoal, sistema de controle de qualidade.

Nesse cenário, surgiu a figura do auditor interno, como uma ramificação da auditoria externa e conseqüentemente, do contador. O auditor interno é empregado da empresa, e dentro da organização, não deve estar subordinado a aquele cujo trabalho que examina, não faz o menor sentido que tenha chefe.

Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que possa há vir um dia a examinar, por exemplo, elaborar lançamentos contábeis para que não interfira sua independência.

2.1.2 Principais diferenças entre auditor interno e externo

Auditor interno é empregado da empresa auditada, já o auditor externo não tem vinculo empregatício com a empresa auditada. Auditor interno possui menor grau de independência, o auditor externo requer maior de independência. Auditor interno executa auditoria contábil e operacional, o auditor externo somente apenas contábil.

Os principais objetivos de a auditoria interna são verificar se as normas internas estão sendo seguido, verificar as necessidades de aprimorar as normas

internas vigentes, verificar a necessidade de novas normas técnicas, efetuar auditoria de diversas áreas de demonstrações contábeis de demonstrações contábeis em áreas operacionais.

A auditoria externa tem como objetivo, emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se essas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do resultado das operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas da empresa que estar sendo examinada, também se essas demonstrações foram elaboradas com os princípios contábeis e se esses princípios contábeis foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior.

O auditor interno executa o maior número de teste porque tem mais disponibilidade de tempo para ficar na empresa, já o auditor externo executa o menor volume de teste já que estar interessado em distorções que individualmente ou cumulativamente pode inteirar de maneira substancial nas informações das demonstrações contábeis, em linhas gerais a auditoria interna é o conjunto de atividades de avaliação independente de assessoramento conduzido pela própria administração.

Conforme Jund (2004, p.27) ressalta:

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação as atribuições e aos planos, as metas, aos objetivos e as políticas definidos para as mesmas.

Jund (2004) coloca que os auditores internos, são profissionais contratados pela própria entidade, sendo parcialmente independentes, que além das informações contábeis e financeiras, se preocupa também com os aspectos operacionais, funcionando como um órgão de assessoramento para a administração, pois desta maneira nos controles internos da empresa, minimizam a probabilidade de ocorrência de fraudes, erros ou práticas ineficientes.

As empresas impulsionadas a atender as sua metas, buscam a cada dia por uma estrutura sólida, através do crescimento e da diversificação das atividades econômicas, e que garantam aos seus empresários estabilidade financeira e o retorno necessário as suas expectativas, sobre o patrimônio formado. Com o decorrer dos fatos e o crescimento das atividades internas da empresa, a supervisão passa a precisar de alguém que lhes afirme que os controles e as rotinas de trabalho

estão sendo perfeitamente executados, e se os documentos contábeis espelham realmente a realidade econômica e financeira da empresa. Assim a auditoria interna neste momento se manifesta como uma atividade necessária à organização e desenvolve-se junto a gerencia concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração. Cabendo a mesma convencer a alta administração e seus executivos de que pode auxiliá-los na melhoria de seus negócios, identificando áreas arriscadas e indicando correções. (ATTIE, 1992).

De acordo Jund (2004, p. 50):

Os auditores internos observam, no desempenho de suas funções, normas semelhantes as da auditoria independente; expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que atualmente estão definidas na Resolução nº 986/03, do CFC. O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIRA – e o Institute of Auditors – IIA definem e seguem os procedimentos específicos de auditoria, a serem seguidos por seus membros.

Portanto é importante ressaltar que os auditores cada vez mais, devem se profissionalizar, se dedicando na sua formação como profissional da área, em outras palavras, eles têm que ser, um técnico em sua área de competência, de forma a estarem preparados para auditar qualquer atividade econômica ou empresarial e aptos também a disputar no mercado de trabalho.

2.2 CONTROLE INTERNO

O controle interno facilita o trabalho tanto do auditor interno ou externo, toda empresa tem seus objetivos qualitativos e metas qualitativas e metas quantitativas. Para que a empresa alcance seus objetivos há necessidade de um controle interno, controle dos procedimentos, controle das normas, controle da execução das tarefas, controle no que diz respeito demonstrativo contábil, exatidão, tempestividade e confiabilidade. Essa ferramenta auxiliar o auditor interno e é de apoio importante para o auditor externo, tem como intuito a preservação do patrimônio, aumentando esse patrimônio e sua rentabilidade.

O auditor independente tem muito mais segurança no momento de emitir uma opinião quando existe um controle interno eficiente e de qualidade.

Existe o controle interno em empresa privada e na administração pública. Na empresa privada os objetivos têm haver com tempestividade e exatidão dos demonstrativos contábeis; na administração pública também tem haver com os

objetivos, só que tem uma anuncia a mais por que existe dinheiro publico; do orçamento é preciso controlar a parte contábil, operacional, financeira, orçamentaria e patrimonial. Quando se aborda controle interno não há como falar só de empresas privadas, cabe também a necessidade de ressaltar um link sobre o setor publico. E tendo um controle interno eficiente menor à amostra, e sendo ele vulnerável maior a amostra.

O controle interno aponta métodos à coordenação como planos constantes da entidade, afim da salvaguardar seus ativos, com finalidade de promover a eficiência operacional alimentando a direção das entidades, com objetivo de evitar fraudes, erros, desfalques e crises.

Segundo Crepaldi (2013, p.464, apud Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados):

O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das politicas administrativas prescritas.

Antes do inicio de qualquer trabalho relacionado à auditoria, Sá (2002), aponta que é necessário o conhecimento de toda a rotina dos controles internos da empresa. Completa ainda: “quanto melhor o controle, mais segurança para o trabalho... quanto menor o controle, mais cuidado será exigido na execução das tarefas”.

O controle interno abrange o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenadas, adotadas numa empresa para proteger seus ativos, verificar a exatidão operacional e requerer a subordinação às diretrizes administrações constituídas (JUND, 2004).

“Pode-se entender a importância do controle interno a partir do momento em que se verificar que é ele que pode garantir a continuidade do fluxo de operações com as quais convivem a empresa” (Crepaldi, 2013, p.474).

Conforme Jund (2004, p.344):

Devido a imensa gama de conceitos, interpretações e procedimentos que envolvam o controle interno, e que em conjunto possibilitam a consecução de seu fim, qual seja o de controlar. Torna-se extremamente arriscado definirmos de forma restrita os objetivos do controle, todavia, um adequado sistema de controle interno, deve possuir os garantias objetivos básicos, para atender aos interesses da empresa:

- Garantir informações adequadas, visando a tomada de decisões;
- Estimular o respeito e a obediência as politicas da administrações;

- Proteger os ativos;
- Promover a eficiência e a eficácia profissional;

Sendo sua finalidade medir o real desempenho das atividades internas da empresa, assegurando a mesma que não ocorra erros potenciais através do controle de suas causas.

2.2.1 Avaliação do Controle Interno

A avaliação implica, então, em dois processos: o diagnóstico e a decisão. Chegar a um diagnóstico bom ou ruim é apenas uma parte do processo de avaliação. É preciso saber o que fazer com este diagnóstico. Relativo ao controle interno, a avaliação é a ponderação da execução do plano ou questionário. Após a avaliação, o auditor determinará quais os pontos problemáticos, delineando diretrizes quanto: aos elementos patrimoniais que mais necessita de cuidados, a extensão do exame e as probabilidades de falhas do sistema.

O principal objetivo da avaliação do controle interno é estabelecer um embasamento para definir a natureza, oportunidade, extensão e procedimentos a serem seguidos para o trabalho de auditoria.

Antes de dar início ao processo de avaliação dos controles internos é imprescindível realizar um estudo do ambiente do controle. Nessa etapa, faz-se um levantamento de toda a empresa. São mapeados: organogramas, parâmetros para desenvolvimentos de produtos e serviços, normas e procedimentos formais, política de pessoal, englobando: contratação, carreira, treinamento, demissões, políticas de cargos e salários, definições e atribuições e responsabilidades por níveis e cargos, e etc.

A ferramenta ou mecanismo mais comumente utilizado neste processo é o questionário de mapeamento do ambiente de controle, onde as questões ali colocadas dizem a respeito, em sua maioria, à solicitação de documentos formais da organização, onde se encontram consubstanciados a maioria dos assuntos listados para etapa de levantamento de controle. Se alguns dos assuntos não existirem formalmente na organização, o processo de solicitação é direcionado para o

levantamento de subsídios que permitem que sejam formalizados quais são, de fato, adotados na prática.

Constata-se a importância do controle interno por ser dotado de ferramentas que possibilitarão maior controle das atividades das empresas, assim evitando a ocorrência de erros, desestimulando possíveis fraudes, permitindo a realização de avaliações e contribuindo para uma adequada estrutura organizacional que atenda às necessidades das empresas na condução dos seus negócios.

Segundo Crepaldi (2013, p.468):

As normas de auditoria geralmente aceitas, referentes ao trabalho no campo, estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, a fim de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

Ainda sobre o mesmo autor, aponta o auditor independente executa os seguintes passos na avaliação do controle interno:

- Levanta o sistema de controle interno;
- Verifica-se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática;
- Avalia a possibilidade de o sistema revelar de imediato erros e irregularidades;
- Determina o tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.
- Verifique a formatação.

Com isso um sistema de controle interno bem planejado funciona como uma peneira na avaliação de erros ou desfalques, sendo assim o auditor pode reduzir os testes na entidade auditada com a garantia de um bom controle interno caso contrário deverá aumentar seus testes.

De acordo Attie (2000, p.216):

O controle interno permanece presente em todas as áreas, e cada procedimento praticado dentro de uma área compreende uma parte do conjunto. Nem sempre as áreas ou operações estabelecem seus controles por meio de manuais de procedimentos, mas é muito comum, após a implantação de uma operação, estabelecer-se a necessidade de procedimentos específicos que acompanharão a operação até a formação final do controle interno.

Assim é provado o valor do controle interno em todos os setores das entidades, trazendo nas suas operações métodos exclusivos que alcançará melhores resultados, para formação das atividades no ciclo dos negócios, devendo atender outros itens como proteção dos bens, estímulo à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e etc.

Para Attie (1992, p.233):

Esta avaliação é realizada mediante a aplicação dos objetivos e princípios de controle interno; que envolve os controles contábeis e os controles administrativos. Usualmente, desenvolvem-se questionários que auxiliam a avaliação global do sistema ou do ciclo em estudo.

Os princípios de controle interno consistem em parâmetros próprios aos sistemas de aplicação para suportar o modelo de gestão do ciclo do negócio de uma determinada entidade. Como já verificamos o contábil que volta grande diversidade para registros, confronto para a proteção do patrimônio da entidade. O administrativo da uma maior ênfase na busca de oportunidades e identificação de melhores práticas de gerenciamento.

2.2.2 Teste de Procedimentos

Esse amplo processo de auditoria independente, onde vai planejar uma série de procedimentos com objetivos de buscar as evidências que vão dar base e suporte para formação da opinião poderá ser modificada ou não modificada. Esses procedimentos são de suma importância, sendo bem planejados, vão ajudar na busca das evidências suficientes, relevantes e confiáveis. Nessa fase de respostas o auditor pode aplicar procedimentos quanto ao nível geral das demonstrações contábeis ou também ao nível das afirmações. Quando o auditor planeja e programa procedimentos no nível geral das demonstrações denomina-se respostas gerais, e quando trata no nível de afirmações denomina procedimentos adicionais.

Procedimentos adicionais são subdivididos em: com a finalidade de controle, procedimentos que visam verificar a efetividade do sistema de controle interno; com a capacidade de corrigir e prevenir em relação à incoerência de conformidade; também existem os procedimentos com finalidade substantiva onde o auditor vai trabalhar com saldos, divulgações classe de transações e também verificar situações dessas afirmações.

Segundo Attie (2000, p.220):

O teste de procedimentos é um processo de confirmação de que os controles internos documentados são efetivamente seguidos e de forma adequada; visa, acima de tudo, determinar se os procedimentos existentes e avaliados foram praticados, ao longo do tempo, de maneira uniforme. A título de exemplo, as vendas realizadas ao longo do ano passam pelo mesmo processo de aprovação de crédito, faturamento, contabilização e baixa de estoques etc., além de influenciar a demonstração de resultados, tem seu reflexo no balanço patrimonial, na área de contas a receber. É, portanto, importante que o auditor tenha a segurança de que os processos de venda recebem o mesmo tratamento ao longo do tempo e que seja, além de tudo, adequado para permitir seu reflexo contábil.

Crepaldi (2013) traz que o controle de procedimentos refere-se ao controle adquirido mediante a ressalva de políticas e procedimentos dentro da organização. Existem algumas características desejáveis nos controles de procedimento, como por exemplo: que sejam adequados à estrutura organizacional, bem definido e documentado, se mostrem fáceis de interpretar e aplicar. Também havendo dois tipos de controles de procedimentos, como procedimentos de fluxo e de documentação que são incorporados no sistema de processamento de transações. Que são: revisão de cálculos e somas em contratos de financiamentos, endosso restritivo de cheques de administrativos. E outro é procedimento de controles independentes que são aqueles estabelecidos pela administração, independentemente das rotinas de processamento de transações. Que são: conciliação de saldos bancários, controle dos saldos segundo os razões subsidiários, para verificar se coincidem com aqueles segundo as contas de controle do razão geral, proteção física.

2.3 CUSTOS

Refere-se ao gasto relativo ao bem ou serviço utilizado na produção de bens e serviços, ou seja, é o gasto efetuado na área fabril da organização.

Custos tem o objetivo de diferenciar elementos que compõe formação de um produto ou serviço, proporcionando desperdícios nessa produção aonde estar sendo gerada.

Segundo Ferreira (2007, p.15):

Custo é o gasto necessário à produção de bens e serviços. Corresponde a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens e serviços. A matéria-prima, a depreciação, os salários, o aluguel etc., necessários à produção de um bem, representam custos. Em sentido estrito, o custo só existe durante o processo de produção do bem ou serviço. Assim, enquanto o produto está em fase de fabricação, os valores agregados na sua produção são tratados como custos.

Verificamos que podemos avaliar o conceito e a importância dos custos na apropriação dos bens e serviços prestados pelas empresas, onde representam gastos relevantes, devendo ser analisados em todos os setores no decorrer de suas operações, trazendo informações coletadas das operações e das vendas.

2.3.1 Custos Diretos e Indiretos

O custo direto é aquele que vai ser atribuído direto para determinado produto ou serviço, cada elemento que vai compor diretamente na produção de um bem.

De acordo Ferreira (2007, p.23):

São custos apropriados diretamente a cada produto fabricado, sem a necessidade de rateios ou estimativas. Podem perfeitamente ser identificados na composição do custo do produto. São exemplo de custos indiretos: as matérias primas consumidas, as embalagens aplicadas durante o processo de produção, a mão-de-obra diretamente aplicada a determinado produto.

Já os custos indiretos são os gastos que não são embutidos diretamente nos produtos ou serviços, ou seja, foram indiretamente na formação dos bens produzidos.

Segundo Ferreira (2007, p.23):

São aqueles apropriados aos produtos fabricados mediante rateios ou estimativas, por não poderem ser identificados de forma precisa na composição dos custos dos produtos. Normalmente, são considerados custos indiretos: o aluguel e o seguro da fábrica, os salários dos operários que trabalham na fabricação de dois ou mais produtos, sem que haja o apontamento das horas aplicadas a cada produto, os salários dos supervisores e dos chefes do pessoal de produção, a energia elétrica consumida na fábrica, a depreciação dos equipamentos de produção, os salários dos operários da fábrica que não trabalham diretamente na produção (segurança, limpeza, manutenção).

Referem-se a todos os custos que não são perfeitamente mensuráveis ou identificáveis ao produto ou serviço, portanto dependem do emprego de recursos para sua distribuição, como na forma de rateios mencionados.

2.3.2 Custos Fixos e Variáveis

O custo fixo é aquele gasto que independentemente do quanto se produza, venda ou preste serviço para obter um resultado, fica atrelado nas despesas da entidade independente do movimento que ocorra, não sofre alterações, mais deve ser pago.

De acordo Ferreira (2007, p.28):

São os custos cujos valores totais independem da quantidade produzida, ou seja, não sofrem variações em razão do volume de produção. Exemplos: o seguro da fábrica, o aluguel da fábrica, o imposto predial da fábrica. O valor pago a título de aluguel no setor de produção, por exemplo, não depende da quantidade produzida. Quer a indústria nada produza, quer produza no nível máximo de sua capacidade instalada, o custo total do aluguel não será afetado.

Já o variável é um custo que vai aumentar ou diminuir de acordo sua produção, venda ou serviço prestado, ou seja, proporcionalmente de acordo com sua atividade.

Conforme Ferreira (2007, p. 30):

São aqueles cujos valores totais variam de acordo com a quantidade produzida, proporcionalmente. São exemplos: as matérias-primas, as embalagens e a mão-de-obra direta. Se a produção for aumentada ou diminuída em 5%, os custos variáveis totais serão aumentados ou diminuídos em 5%, respectivamente.

Seus valores dependem diretamente do volume produzido ou volume de vendas efetivado num determinado período.

2.3.3 Métodos de Custeio: Custeio por absorção

O sistema de custeio por absorção contempla como custo de fabricação todos os custos incorridos no processo de fabricação do período sejam eles diretos ou indiretos.

O método de custeio por absorção caracteriza-se por apropriar custos fixos e variáveis aos produtos. Desse modo, os produtos fabricados concentram todos os custos incorridos de um tempo.

Primeiro passo para a contagem dos custos é separar os gastos do período em despesas, custos e investimentos. As despesas não são apropriadas aos produtos e sim lançadas na demonstração do resultado do exercício, por estarem incluídas à geração de receita e à supervisão da empresa, os custos são encaixados aos produtos e os investimentos são acionados.

O passo seguinte consiste em separar custos em diretos e indiretos. Os custos indiretos são apropriados por meio de rateios que é um artifício empregado para distribuir os custos que não conseguimos identificar diretamente com os produtos. Exemplos de base utilizada: unidades produzidas, horas de mão de obra trabalhada, horas de uso de direto das máquinas, horas diretas de serviços prestados e etc.

O custo por absorção é o único aceito pela Auditoria Externa, porque atende aos princípios contábeis da realização da receita, da competência e da confrontação. Além disso, é o único aceito pelo imposto de renda.

Segundo Ferreira (2007, p.81):

No sistema de custeio por absorção, apropriam-se à produção todos os custos, fixos e variáveis, tanto os diretos quanto os indiretos. Assim, os custos fixos e variáveis são estocados e lançados ao resultado apenas quando da venda dos produtos correspondentes. O grande inconveniente na adoção do custeio por absorção diz respeito aos custos fixos. Os custos fixos são necessários para que a indústria esteja em condições de produzir. Dessa forma, o aluguel, o imposto predial e o seguro da fábrica, por exemplo, são gastos realizados para que a indústria adquira capacidade de produção. Todavia, são custos incorridos independentemente da quantidade que venha a ser produzida (até certo limite), já que não sofrem variações em razão do volume de produção.

Diante o emprego do custeio por absorção, envolve as penas todos os custos do período menos despesas fixas e variáveis.

2.3.4 Custo Variável

Esse método utiliza somente os custos variáveis, e é usado potencialmente para tomada de decisão ao curto prazo.

O custeio variável é o tipo de custeio que analisa como custo de produção do período apenas os custos incorridos. O sistema de custeio variável fundamenta-se na separação dos gastos, em gastos variáveis e fixos; isto é, em gastos que oscilam proporcionalmente ao volume da produção e venda, e gastos que se mantêm estáveis diante volumes de produção e venda oscilantes dentro de certos limites.

O que difere o custeio variável para o custeio de absorção, é quanto a sua alocação de custos fixos, em quanto no custeio de absorção os custos fixos são alocados a cada um dos produtos por base de rateio. No custeio variável não existe a preocupação em se desmembrar custos e despesas e sim classifica-los como fixo para variável. Então, no custeio variável o que mais importa são os custos e despesas variáveis.

Por exemplo, o custo relacionado à energia elétrica que alimenta as maquina que atuam na produção, o qual varia proporcionalmente em concordância com o volume total produzido, sendo, portanto variável e considerado no cálculo do custeio variável. Ao contrário disso, a depreciação das máquinas da produção, se feita pelo método linear, não varia por mais que a produção aumente ou diminua.

Através deste método, é possível chegar também ao conceito de margem de contribuição unitária, que é a receita menos os custos e as despesas variáveis, seria como se fosse à contribuição unitária que cada produto gera, para pagamento dos custos e das despesas fixas e ainda geração de lucro no período.

De acordo Ferreira (2007, p.82):

O sistema de custeio variável também é conhecido como sistema de custeio direto, em virtude de os custos variáveis serem, como regra, diretos. Mas, em razão de nesse método serem apropriados à produção tanto os custos variáveis diretos quanto os variáveis indiretos, parece ser mais adequada a expressão sistema de custeio variável.

Vale lembrar que esse sistema custo não é aceito pela legislação fiscal, e serve somente para fins gerenciais.

2.3.5 Custo Padrão

Custo para planejamento e controle, ou seja, custo padrão a formula mais eficiente de se planejar e controlar custos, é o custo meta criado pela entidade para que em comparação com os custos incorridos, reais possam levar um contador de custos ou controle em fim tomar decisões de custos. Tanto que se refere aos

materiais diretos, mão-de-obra direta e os custos indiretos de fabricação, ou seja, todos os fatores de custos de produção, esse método custeio padrão pode ser aplicado quanto custeio absorção ou custeio variável.

Custo padrão é um custo predeterminado, também corrente considera algumas ineficiências que a entidade julga não poder saná-las, e do ponto de vista gerencial, as diferenças verificadas entre custo real e padrão devem ser analisadas, e se necessário, o custo padrão deve ser ajustado.

De acordo Ferreira (2007, p. 131):

Em sentido estrito, o custo padrão é o custo ideal de produção de um determinado produto. Para alcançá-lo, é necessário que a indústria tenha equipamentos, matérias primas, mão-de-obra etc. da melhor qualidade, que opere sem desperdícios e com 100% da sua capacidade instalada. O custo-padrão ideal seria um objetivo alcançável a longo prazo, com base em métodos científicos de produção. O custo-padrão é usado para controle dos custos, permitindo a comparação entre o custo de fato ocorrido (o custo real) e o custo que deveria ter ocorrido (o padrão).

A grande finalidade do custo padrão é o controle dos custos, tendo como objetivo o de fixar uma base de comparação entre o que ocorreu de custo e o que deveria ter ocorrido.

3 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo são abordados os aspectos relacionados ao estudo de caso. Após caracterizar a empresa estudada, são apresentadas as principais rotinas internas e suas deficiências, bem como as sugestões de controle interno que poderiam auxiliar na solução das falhas encontradas.

Com o intuito de manter o sigilo das informações contábeis e financeiras da empresa estudada, seu nome não será divulgado. A empresa foi criada no ano de 2000 atuando no mercado a mais de dezesseis anos, na cidade de Barreiras-BA; para atender a demanda existente em Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho, composta inicialmente por três funcionários, e com passar dos anos, a demanda foi crescendo e houve a necessidade de aumentar o seu quadro de trabalhadores, passando para dez trabalhadores, devido a grande demanda que estava surgindo nessa área de saúde e segurança. Assim, os principais clientes que solicitavam os serviços, eram em vários segmentos, tanto de empresas urbanas, quanto de empresas rurais. Vale ressaltar, que ela foi pioneira na região Oeste da Bahia, prestando assessoria e assistência até para outros estados.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para melhor entendimento, os gestores responderam a um questionário com várias perguntas abertas e fechadas, conforme o objetivo maior deste trabalho, as perguntas foram direcionadas aos proprietários da empresa explicando inicialmente a eles, o que era uma pesquisa de campo.

Através do questionário obtivemos algumas respostas as indagações referentes a: se existe uma política formalizada, normas e regulamentos de controle interno na gestão da empresa; que foram confirmadas pelos gestores, dando uma ênfase no controle de produtividade, controle de assiduidade e pontualidade. Logo em seguida, verificou-se os controles internos administrativos utilizados, são periodicamente analisados; onde a empresa confirmou positivamente, através da análise de relatórios apresentados e conferidos.

O questionário foi também voltado para a área de custos, que tem uma influência enorme na empresa e na sua mão-de-obra, pode-se constatar ainda, que

a prestadora utiliza seus conhecimentos sobre a atividade da empresa na formação do custo dos serviços prestados, que com clareza afirmou que não utiliza seus conhecimentos na formação dos custos dos serviços prestados. Que novamente para obter mais informações sobre os custos da empresa notaram, quais são os elementos que a empresa utiliza na composição do custo dos serviços, que afirmaram a variação do mercado, número de funcionários e a localização da empresa contratante, (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) C.N.A.E da empresa contratante. Observa-se que a empresa acha que não utilizada conhecimentos de custos para formar seu preço se serviço, mas como respondido na questão abaixo, utiliza-se.

Houve ainda, umas questões objetivas, no questionário, referentes a como a empresa estabelece sua política de preços em função de penetração do mercado, do preço e da qualidade, que seus gestores afirmaram. Logo em seguida se os fatores internos e externos influenciam na formação de preço dos serviços, indicou que sim citando a concorrência e demanda. Como teve as informações sobre os funcionários da empresa, se existe um controle do ponto de registro dos colaboradores, que confirmou, pelo livro de assinatura, ainda mais questões sobre os funcionários, se há pagamento de adicionais (periculosidade, insalubridade, noturno), que respondeu com clareza negativamente.

Logo, em seguida vieram às perguntas sobre o setor de compra, se existe mais de uma pessoa responsável pelos pedidos de compras, a empresa confirmou que existe mais de uma pessoa, sendo duas pessoas a gerente administrativa e a assistente do financeiro. Envolvendo a precisão de saber se são feitas cotações de preços para realizar compras, e quantas, afirmou que são feitas essas cotações e no mínimo três, em cada pedido a ser realizado. E neste contexto de compra envolvendo o estoque da empresa que não é grande mais pode acontecer um eventual desfalque ou fraude, o questionário perguntou se existe segregação de funções entre os responsáveis pelos pedidos e os responsáveis pelo recebimento das mercadorias, que não há. E como é realizada a movimentação das mercadorias em estoque, que respondeu através de controle de entrada e saída de materiais, através de planilhas.

Com efeito, o questionário levantado, serviu para detectar os problemas de controle interno e baseado na fundamentação teórica, foi feita análise do controle interno e formulados sugestões de adequação.

Foi detectar qual é o nível de percepção sobre controles internos que os sócios possuem e quais rotinas de controle já são aplicadas na empresa.

3.2 ANÁLISES DE DADOS

3.2.1 Controle Interno

Através do questionário supracitado, o resultado mostrou que a empresa não possui uma política bem definida de controles internos, não possui manual de procedimentos ou de treinamento, mas que seus gestores possuem uma visão positiva desta prática; já que acreditam na melhora da produtividade dos setores da empresa caso fossem implantados controles eficientes.

No entanto, a medida mais adequada para iniciar o processo de correção, seria a elaboração de um Manual de Procedimentos Internos, definindo assim, as responsabilidades e as limitações de cada setor e função. Com a colaboração dos funcionários é possível identificar quais são as áreas mais problemáticas e com as possíveis soluções de evitar desfalques nas atividades.

Como por exemplo, quanto ao “livro de assinatura” para os funcionários internos, é sabido que essa ferramenta é considerada um livro obsoleto, ou seja, desatualizado e por se tratar de haver falhas humanas (rasuras e contagem de horas extras erradas) além, da falta de segurança. Mas, como a lei não exige o ponto eletrônico, devido à quantidade de trabalhadores serem menor do que onze funcionários, a empresa não tem interesse de adquirir um aparelho dessa magnitude, devido o preço, já que o ministério do trabalho exige como sistema de ponto eletrônico acima de dez trabalhadores. É notório, que o sistema de ponto eletrônico, seria o ideal para ambos (empregador e empregado) todos eles teriam mais certeza das horas trabalhadas de cada colaborador, fazendo com que houvesse mais rigor no controle de entrada e saída, além, das horas extras saírem já calculadas, e pelo fato do seu maior custo ser a mão-de-obra.

De acordo com uma das respostas dos gestores, que afirmam que existe o banco de horas, devido o fato de não ter o sistema de ponto eletrônico, como já foi ressaltado, esse banco de horas não é confiável, para a fiscalização das horas extras de cada empregado. No entanto, não há exigência do (Ministério do Trabalho

e Emprego) MTE quanto à implantação do equipamento, mas caso os gestores tivessem interesse em adquiri-lo, haveria mais segurança, quanto às horas extras pagas para esses funcionários no que tange a quantidade que tem que pagar para os seus colaboradores. Além de trazer um controle com mais confiança e segurança, para essas horas extras, que influenciaria no pagamento da mão-de-obra desses colaboradores, podendo assim aumentar os custos da empresa, por falta desse controle eficiente e eficaz.

A implantação de um bom sistema de controle interno, além de proporcionar maior credibilidade, segurança e integridade aos informes administrativos e contábeis, minimiza riscos, como erros involuntários ou fraudes nas operações desempenhadas diariamente.

3.2.2 Formação do Custo

A prestadora aqui estudada tem uma política de custos nas atividades da empresa para a formação dos custos dos serviços prestados de forma pouco eficiente, isso gera um problema que não há uma boa apuração dos seus custos, para identificar se compensa cada componente que compõe o seu serviço prestado, se está obtendo um preço eficiente ou não. Contudo, fica a ressalva de fazer uma implantação de custos, para apurá-los melhor e retirar tudo aquilo que seja desnecessário na produção dos serviços prestados, trazendo assim, um melhor resultado no lucro da empresa, ou diminuição do prejuízo.

Conforme as respostas dos quesitos supramencionados, porém os gestores ressaltaram que a empresa verifica seus elementos que são utilizados na composição, do custo dos serviços prestados, como por exemplo: a variação de mercado; o número de funcionários existente e dentro da empresa que as contratam e a localização (geralmente, a contratada, calcula o preço a ser cobrado, através da quilometragem) além da C.N.A.E (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), que quer dizer quanto ao grau de risco, se é grau 1 e 2 (mínimo) ou 3 e 4 (máximo) da empresa contratante, isso leva a entender que o CNAE equivale ao risco que tem dentro da contratante. Mesmo assim não estão agindo da forma mais correta, devendo implantar logo um controle mais eficiente, um centro de custo, é através desses levantamentos que vai haver um melhor controle interno, propondo mudanças concretas para que não tenha prejuízo financeiro, visto que, o país está

em crise, e se não houver modificações na forma de cobranças, correm o risco de obter prejuízos durante meses e até mesmo anos.

Assim estabelece sua política de preço, em função da penetração de mercado, do preço e da qualidade exigidos pelo mercado, que são as formas mais cabíveis e corretas para disputar com suas concorrentes nesse ramo. Criando também, uma estratégia para aproveitar os momentos mais oportunos, na época do mercado.

Conforme o cenário, analisado no decorrer do trabalho, percebe-se que varia muito a forma de tomada de preços, tendo como influência a concorrência, e os serviços que a contratante deseja se vai querer só a elaboração dos programas na área da segurança do trabalho, ou também os serviços que estão contemplados na medicina ocupacional, ou até mesmo a assistência propriamente dita, desde a confecção até a execução anualmente.

Apesar das metas para formulação do preço de venda serem bastantes claras, deve se observar e controlar possíveis desvios, como defende Crepaldi (2013), por diversas vezes podem ocorrer equívocos na formulação do preço devido à falta de foco por parte da empresa, os administradores podem estar mais preocupados com metas como a maximização de receitas, visando o crescimento ou pagamento de dividendos para satisfazer os acionistas, do que com a maximização dos lucros.

No mesmo seguimento indica os métodos de fixação de preços são geralmente classificados com base em três critérios: o custo à demanda e concorrência.

3.2.3 Mercadorias

Os dados revelam, tiveram alguns fatores positivos, quanto à manutenção de cadastro atualizado de fornecedores e cotações constantes de preço. Para as compra de volume considerado baixo, são feitas pelo menos três cotações de preço. Com duas pessoas a gerente administrativa e a assistente do financeiro. Esse controle foi iniciativa de alguns funcionários e deveria ser formalizado e apresentado ao proprietário como sugestão de controle, para o manual de procedimentos.

A empresa mantém um pequeno estoque de mercadorias e possui uma boa organização física das mercadorias recebidas em relação às que já foram conferidas e encaminhadas para o estoque final. Os recebimentos são aceitos apenas com a apresentação do documento que justifique sua entrada na empresa e a contagem física é feita num primeiro instante. Os problemas relacionados ao recebimento de mercadorias são referentes à falta de documentação apropriada para acompanhar a movimentação física das mercadorias na empresa e a segregação de funções entre os funcionários responsáveis pelo recebimento das mercadorias. Fica essa lacuna neste setor, necessitando um controle, para definir só um ou dois funcionários pra operar essa função.

O estoque é movimentado através do controle de entrada e saída, através de planilhas, sendo um estoque pequeno, mas não existe um controle de um responsável só de cuidar do estoque, assim fica mais fácil um ato de uma fraude. Como a empresa mexe com poucos produtos para o estoque, a empresa tem que definir quantidade mínima e máxima de estoque de cada produto. Colocando um responsável só pelo setor do estoque e emite diariamente um relatório dos produtos que atingiram a quantidade mínima, para devidas compras.

O controle de estoque é o procedimento adotado para registrar, fiscalizar e conduzir a entrada e saída de mercadorias e produtos da empresa. Estoques são todos os bens e materiais mantidos por uma organização para suprir demandas futuras.

4 CONCLUSÃO

A todo instante as empresas passam por novos desafios, o que sem dúvida as levam a necessidade de um sistema conciso, o qual lhes forneça informações precisas e verídicas, para com isso adaptar suas atividades, as novas circunstâncias pela qual o atual mercado vem exigindo. Em meio à grande relevância acerca do controle interno e auditoria interna em uma empresa dar-se, essencialmente, por ser uma ferramenta de precaução além de indicar possíveis falhas ou até mesmo irregularidades no que se refere ao funcionamento normal das atividades da organização.

Neste tópico são apresentadas as conclusões quanto à problemática apresentada, quanto ao alcance dos objetivos, resultantes do levantamento teórico e estudo de caso apresentado.

A problemática do trabalho, resumida na questão foi: como utilizar o controle interno, no setor de custos, para a formação do preço, dos serviços prestados em uma empresa de segurança do trabalho no Oeste da Bahia? A partir desse problema foi feita a pesquisa dos conceitos para ser aplicados nos resultados alcançados da pesquisa em campo.

Os resultados obtidos pelo controle interno relataram ausência de no planejamento dos seus procedimentos e treinamentos que a empresa tem nesse âmbito, como na formação de custo que não existe um bom controle, e no seu estoque que demonstrou alguns pontos positivos nas compras, porém com falhas no seu controle de saída.

A aplicação do estudo de caso na Empresa Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho serviram como exemplo para identificar a ineficiência dos controles já existentes, ressaltando a importância do planejamento e aplicação dos controles internos eficazes na gestão empresarial.

O objetivo geral deste trabalho, determinado como sendo: demonstrar como o controle interno aplicado na formação de custos, pode auxiliar na formação do preço, dos serviços prestados, em uma empresa de segurança do trabalho no Oeste da Bahia, foi atingido, uma vez que se verificou a necessidade de um bom planejamento, controle e gestão na pequena empresa e a importância da aplicação

de correções no controle interno da empresa estudada, para se chegar no custo correto do serviço prestado para formar seu preço.

Da mesma forma como ocorre nas empresas de grande porte, a pequena empresa também de sistemas formais de controle para garantir o alcance dos objetivos preestabelecidos e a conseqüente evolução do empreendimento. A fundamentação teórica mostrou a importância da auditoria e do controle interno na administração das empresas que buscam um melhor aproveitamento de seus recursos e como estes devem ser usados para resguardar seus ativos contra erros ou irregularidades. Já o estudo de caso indicou quais são os controles internos já utilizados na empresa, suas principais falhas e quais ferramentas de controle interno atendem as necessidades apresentadas pela empresa. Sugerindo ainda, como esses controles podem ser aplicados e quais são os resultados esperados de cada um deles.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e pratica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e pratica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade de Custos: Teorias e questões comentadas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2007.

JUND, Sergio. **Auditoria: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos: teoria 700 questões – Estilo ESAF, UNB e outras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

SÁ, Antônio Lopes. **Curso de auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.